

JORNAL PETROLEIROS

TRIMÔNIA DE

POSSE

FORTALECER O

SISTEMA PETROBRÁS

É FORTALECER

O BRASIL

NOVA DIRETORIA DO SINDIPETRO UNIFICADO TOMA
POSSE PARA O TRIÊNIO 2026-2029 COM A MISSÃO DE
DAR CONTINUIDADE À LUTA POR DIREITOS, SOBERANIA
E UMA PETROBRÁS A SERVIÇO DO POVO BRASILEIRO



DIREÇÃO E ENERGIA RENOVADA!

A nova direção do Sindipetro Unificado assume em um momento fundamental para o futuro do Brasil, a poucos dias de uma eleição entre projetos antagônicos e onde os petroleiros e petroleiras têm o grande desafio de reeleger o presidente Lula e derrotar a extrema direita e seus satélites como Renan, Zema ou Cury.

É o único caminho possível para continuar avançando nas conquistas sociais no país e enfrentar a ofensiva imperialista dos Estados Unidos, que sob o governo Trump buscam fazer do Brasil e da América Latina seu quintal, com a ajuda do clã Bolsonaro.

Na emotiva cerimônia de posse, reafirmamos nosso compromisso de luta pela construção de um Brasil soberano e mais justo e pela reestatização dos ativos vendidos durante os governos Temer e Bolsonaro, condição fundamental para recuperar o controle da Petrobrás sobre o preço dos combustíveis e do gás de cozinha. Estamos vivendo os efeitos do desmonte do Estado em São Paulo promovido pelo Tarcísio: água suja, alta dos preços, trens literalmente em chamas. Não queremos isso pro Brasil.

Não queremos voltar à defensiva, queremos continuar avançando na construção de uma Petrobrás forte a serviço do povo brasileiro, por isso renovamos nosso grito de guerra: “Fortalecer o Sistema Petrobrás é fortalecer o Brasil!”.



Plataforma foi entregue a aliados durante a cerimônia de posse da nova diretoria do Unificado

UMA PLATAFORMA PARA O SETOR DE ÓLEO E GÁS NO BRASIL

Por Ineep*

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP) lançaram no último dia 11 de agosto, na Câmara dos Deputados, a Plataforma de políticas públicas do setor de óleo e gás 2027-2031: soberania energética e transição justa no Brasil.

Aprovada no 20º CONFUP, a Plataforma propõe orientar o setor de óleo e gás e suas receitas para uma estratégia nacional de transição energética justa, soberana e popular que articule industrialização ao fortalecimento das capacidades estatais e empresas públicas; acelere a diversificação da matriz energética nacional com segurança energética; reduza a dependência externa de insumos estratégicos e amplie a geração de emprego e renda; impulsione o crescimento econômico com promoção de justiça social; enfrente a crise climática com reparação histórica; e avance na descarbonização e adaptação com combate à pobreza energética.

O setor de O&G e, em especial, a Petrobrás, são atores-chave para o avanço de uma transição justa no Brasil, sobretudo, na aceleração do desenvolvimento produtivo nacional e regional, no fortalecimento da segurança energética e alimentar, no incremento da eficiência energética e no enfrentamento às desigualdades.

O caminho brasileiro deve combinar a promoção de uma transição energética justa com mudanças profundas nas formas de organização social, produtiva, tecnológica e de consumo. Isso significa reconhecer que a

transição não se fará pela abrupta eliminação dos combustíveis fósseis, mas pela construção de uma nova estrutura produtiva e energética capaz de reduzir progressivamente as emissões sem comprometer a segurança energética, o desenvolvimento e o bem-estar da população. Nesse processo, o Estado terá papel central na definição da direção e do ritmo da transição.

Para ser justa, contudo, a transição deve garantir participação e diálogo social, fortalecimento da democracia, direitos fundamentais e reparação histórica. A Plataforma reafirma, assim, o compromisso da FUP e do INEEP com a soberania nacional, a distribuição mais justa da riqueza, o desenvolvimento social sustentável, uma Petrobrás pública, integrada e soberana e uma transição energética justa, popular e alinhada às singularidades brasileiras.

CONFIRA AS PROPOSTAS:



* Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP)



Disputa sobre soberania e crise envolvendo o STF pautam eleição presidencial

O BRASIL NO ESPELHO

Eleição presidencial vai decidir se o Brasil continua sendo um país soberano ou vai se curvar aos desígnios dos Estados Unidos

Por Marcelo Aguilar

No dia 4 de outubro o país vai decidir seu futuro numa eleição presidencial que promete ser acirrada e com dois projetos antagônicos em disputa. Por um lado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que busca a reeleição e seu quarto mandato, e por outro Flávio Bolsonaro, representante escolhido pelo clã para representar a ultradireita bolsonarista. A pré- campanha foi marcada pelo tarifaço imposto aos produtos brasileiros pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que escancarou a diferença desses projetos. Articulado por Eduardo Bolsonaro e apoiado por Flávio e o resto do espectro bolsonarista, foi rejeitado por Lula e o campo progressista, que reafirmaram que a soberania nacional não está em negociação.

Mas a bomba veio com as revelações do The Intercept sobre o escândalo do Banco Master, que tem como pivô central o dono, o excêntrico Daniel Vercaro, que está preso e sob investigação desde março deste ano por fraudes bilionárias. As informações comprovam que Vercaro financiou o filme Dark Horse sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro e dão conta de uma relação de proximidade entre Flávio e o banqueiro.

O PAÍS NU

Se até início de setembro as investigações sobre esse esquema de fraudes bilionárias haviam revelado uma extensa rede de tráfico de influências que incluía políticos de um lado ao outro do

espectro político, empresários, advogados e o próprio Banco Central, agora chegou às mais altas esferas do sistema judiciário do país: o Supremo Tribunal Federal (STF). Os documentos divulgados mostram trocas de mensagens entre Vercaro e Alexandre de Moraes, nas quais o magistrado teria alertado o banqueiro sobre eventuais processos contra ele, no fato mais escandaloso, Vercaro pergunta: “Acha que 2ª tenho que estar fora?”, dias antes de ser detido pela primeira vez. Além disso, o banqueiro diz ter muita gratidão pelo juiz. O relatório também afirma que Moraes revisou e editou digitalmente um contrato de 131 milhões de reais assinado entre o escritório de advogados da sua esposa e Vercaro.

As suspeitas também alcançam o outro protagonista da guerra interna no STF, André Mendonça, o ministro “terrivelmente evangélico” nomeado pelo então presidente Jair Bolsonaro. Mensagens confirmam que Mendonça se reuniu pelo menos uma vez em privado, fora do STF, com Vercaro. Também um áudio incrimina o deputado Nikolas Ferreira, que pediu ajuda ao banqueiro para destravar um negócio do seu ex-assessor. No áudio, ele chama Vercaro de “lindão”. As revelações prometem ainda atingir mais atores do sistema político e judicial do país, aumentando uma crise que já é muito grave. “Está aberta uma crise de longo curso no país, isso não é um problema menor, metade da corte Suprema no bolso

de um banqueirinho falido, é inacreditável isso. Isso não é sobre corrupção, isso é sobre o controle do capital financeiro no Estado, sobre Plutocracia”, afirmou em entrevista à TVT o jornalista e analista Breno Altman. Segundo ele, “Vai ter que ser refundado o Estado Brasileiro, vai ter que ser reformado de alto a baixo, é evidente o apodrecimento e o povo sabe disso”.

POR UM BRASIL SOBERANO

“Nós, petroleiros e petroleiras sempre soubemos que o fortalecimento da organização popular, através dos movimentos sociais e sindicais em aliança com um governo sensível às pautas da classe trabalhadora é o melhor caminho para garantir a democracia e a soberania nacional, e para isso lutamos de forma permanente, a saída é pelo povo”, afirma o coordenador geral do Sindipetro Unificado, Steve Austin.

“Nesse contexto de crise institucional é cada vez mais importante lutar pela reeleição do presidente Lula, o único caminho possível para garantir uma nação soberana, um país que olhe para seu povo e não se curve aos interesses externos. Lula tem demonstrado que continua sendo uma reserva moral e tem se colocado com dignidade na luta contra o imperialismo e os desmandos da extrema direita”, afirma Austin.



NOVA DIREÇÃO DO UNIFICADO ASSUME COM A PETROBRÁS NO CENTRO DA LUTA

Cerimônia marcou a posse de Steve Austin como coordenador-geral e reuniu trabalhadores, movimentos sociais, sindicatos e lideranças políticas

Por Vitor Peruch

A nova direção do Sindipetro Unificado iniciou oficialmente seu mandato neste sábado (29), em Campinas, com uma mensagem que ultrapassou os limites da categoria petroleira: defender a Petrobrás, a soberania nacional, os direitos dos trabalhadores e um projeto de desenvolvimento para o Brasil. A cerimônia marcou a posse de Steve Austin como coordenador-geral da entidade para a gestão 2026-2029 e reuniu representantes de movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais e lideranças políticas.

Realizada em ano eleitoral, a cerimônia foi organizada como um espaço de diálogo político e de apresentação das pautas que

estarão no centro da atuação sindical nos próximos três anos. Ao longo da manhã, representantes da FUP, CUT, MST, MAB, MPA, MTST e CNQ, dos metalúrgicos, do Sinticom, entre outras organizações, participaram das atividades, ao lado de petroleiros da ativa, aposentados e convidados.

A programação começou com o forte discurso do presidente do Partido dos Trabalhadores, Edinho Silva, que lembrou que para olharmos para o futuro do Brasil, precisamos olhar para a Petrobrás: “Me sinto muito feliz de estar aqui, saudar o Steve e a Cibele, pois é um momento muito importante da vida dos petroleiros pois a

Petrobrás vive um momento importante, o Brasil vive um momento, nós estamos neste momento de organização da categoria e debatendo o futuro do Brasil, que país vamos construir e deixar para as próximas gerações e é impossível debatermos o futuro do Brasil sem debatermos a Petrobrás”, afirmou Edinho.

Em seguida, a cerimônia contou com a participação dos movimentos sociais e entidades parceiras. As falas abordaram temas como soberania, combate à fome, direitos trabalhistas, transição energética justa e organização popular, reforçando a aproximação histórica entre o movimento petroleiro e outras frentes de luta social.

FUP E INEEP APRESENTAM PLATAFORMA PARA O DEBATE ELEITORAL

Um dos principais momentos da cerimônia foi a apresentação da plataforma elaborada pela FUP e pelo Instituto de pesquisa em petróleo, gás e biocombustíveis (Ineep), com 50 propostas para o desenvolvimento do país, a política energética e a destinação da riqueza gerada pelos recursos naturais brasileiros.

Mahatma Ramos, coordenador técnico do instituto, apresentou os principais eixos do documento, que reúne propostas relacionadas à soberania energética, ao desenvolvimento

nacional, à distribuição de riqueza e à transição energética. A plataforma será levada pela categoria ao debate eleitoral e apresentada a candidatos aos diferentes cargos em disputa que tenham compromisso com a pauta da categoria petroleira.

Ramos destacou a necessidade de colocar os trabalhadores no centro da discussão sobre a transição energética: “Não haverá transição energética justa sem os trabalhadores, sem as trabalhadoras, sem justiça social”, afirmou.



Na sequência, Cibeles Vieira, coordenadora-geral da FUP, fez uma análise do cenário político nacional e internacional e ressaltou a importância da organização dos trabalhadores diante das disputas que envolvem o futuro do país.

“Estamos numa disputa, sim”, afirmou Cibeles, ao defender que o movimento sindical participe ativamente da construção de um projeto nacional e não se limite às pautas corporativas.

A dirigente também recuperou o período de ataques à Petrobrás e lembrou a resistência dos trabalhadores diante das privatizações e do desmonte da empresa. Para ela, a permanência da estatal como patrimônio público também é resultado da mobilização da categoria.

“A gente nada mais quer do que um destino justo ao fruto do trabalho da classe trabalhadora”, afirmou Cibeles, ao defender que a riqueza produzida pelo país seja utilizada em benefício da população.

UMA NOVA GESTÃO COM COMPROMISSO COLETIVO

As falas finais também foram marcadas pela participação das três regionais do sindicato, antes do encerramento conduzido por Steve Austin. A nova direção reafirmou o compromisso com a organização dos trabalhadores, a defesa da Petrobrás e a construção de uma agenda de desenvolvimento nacional.

A cerimônia terminou com uma fotografia coletiva da nova direção e dos convidados, seguida pelo tradicional grito de guerra dos petroleiros. O almoço e a confraternização encerraram a programação.

Foto: Sindipetro Unificado



STEVE AUSTIN ASSUME COORDENAÇÃO-GERAL

Depois das manifestações e da entrega da plataforma, chegou o momento central da cerimônia: a apresentação da nova direção do Sindipetro Unificado. Steve Austin assumiu oficialmente a coordenação-geral da entidade, ao lado dos demais integrantes da gestão 2026-2029.

A nova direção é formada por 96 integrantes, que foram chamados ao palco em blocos para o registro coletivo. Sem discursos individuais, a apresentação buscou simbolizar a dimensão coletiva da gestão e da representação sindical.

Em sua fala, Steve recuperou diferentes momentos da história de mobilização dos petroleiros, incluindo greves realizadas durante a ditadura, a luta pela Constituinte, a resistência ao Plano Collor e a greve de 1995 contra a privatização da Petrobrás.

“Essa categoria tem uma história, uma história de luta que se confunde com a história de luta da classe trabalhadora”, afirmou.

Ao falar sobre a construção coletiva do sindicato, Steve também trouxe uma dimensão menos habitual ao discurso sindical, destacando o papel das relações humanas na organização dos trabalhadores: “O sindicato nada mais é que a junção de afetos. Quando as pessoas se juntam para se organizar e lutar, é porque tem um mínimo de afeto.”

O novo coordenador-geral afirmou que a atuação da entidade deverá continuar combinando a defesa dos direitos específicos da categoria com uma agenda mais ampla, relacionada ao futuro da Petrobrás e do país. “A gente tem que ir para a sociedade defender a soberania e essa empresa estatal de energia”, disse. Steve também relacionou a nova gestão ao calendário eleitoral e aos desafios políticos dos próximos meses. Ao final de sua fala, convocou a categoria para uma atuação mais ampla na disputa de projetos para o país: “Temos 40 dias para derrotar o fascismo. E não é só derrotar para o Brasil, é derrotar para o mundo.”



Foto: Kamá Ribeiro

Transporte gera queixas de trabalhadores nas bases do Sindipetro Unificado

DESGASTE COM O TRANSPORTE AFETA CATEGORIA E TENSIONA DUAS REFINARIAS DA PETROBRÁS

Recap, em Mauá, e Replan, em Paulínia, são atendidas pelo mesmo lote de serviço nacional e relatam os mesmos problemas: lotação, espaço e itinerário

Por Vítor Peruch

Duas refinarias separadas por mais de 100 quilômetros, gestões distintas e trabalhadores que nunca se cruzam no dia a dia. Ainda assim, quando o assunto é o ônibus que os leva para casa, as queixas soam como se tivessem saído do mesmo formulário. A coincidência tem explicação – e ela está no papel: Recap e Replan são atendidas pelo mesmo contrato nacional de transporte coletivo de passageiros da Petrobrás, fechado por 1.365 dias (quatro anos), vigente desde fevereiro de 2025.

Na Refinaria de Paulínia (Replan), a maior do país, uma pesquisa do Sindipetro Unificado ouviu 212 trabalhadores entre março e abril – 69 do regime administrativo e 143 do turno ininterrupto. O resultado: a maioria dos trabalhadores considerou os assentos muito pequenos, o corredor muito estreito, o espaço frontal entre os bancos muito pequeno e o itinerário inadequado.

Em reunião com a direção da refinaria em 19 de agosto, o sindicato foi além dos números: apontou mudanças físicas nos veículos em relação ao contrato anterior, como a condensação de assentos nos micro-ônibus e a retirada da distância mínima de 30 centímetros de espaçamento entre os

bancos. “A empresa pode buscar otimizar seus recursos, mas essa otimização não pode significar simplesmente transferir o problema para o trabalhador, que passa a viajar em condições piores”, afirma o coordenador regional do Sindipetro Unificado, Rodrigo Zanetti.

Na Refinaria de Capuava (Recap), em Mauá, o problema toma outra forma, mas nasce da mesma lógica de contrato. Trabalhadores relatam trajetos que ultrapassam duas horas por trecho e o descumprimento da distância máxima de 1,5 km entre residência e ponto de embarque – a ponto de haver relatos de mulheres caminhando de madrugada para alcançar o fretado. Entre os trabalhadores do turno, que cumprem jornadas de 12 horas, a soma pode chegar a quatro horas e meia diárias dentro do ônibus.

Diante da pressão, a Petrobrás prometeu à Recap apresentar um estudo de reestruturação das linhas antes de implantá-lo. O compromisso não foi cumprido: em 28 de agosto, os trabalhadores souberam das mudanças, previstas para 7 de setembro, por comunicado – sem debate prévio com o sindicato. “O problema é

implementar uma mudança sem discutir adequadamente com os trabalhadores e sem sequer apresentar previamente ao sindicato a proposta que havia sido anunciada”, critica o diretor do Sindipetro Unificado, Pedro Augusto.

Documentos internos de esclarecimento sobre a abrangência do contrato, obtidos pela reportagem, confirmam que o mesmo lote – chamado Lote Sudeste – atende também RPBC, UTG-CA e Revap, unidades operadas por outras empresas sob o mesmo modelo. Para o sindicato, isso reforça que o desconforto relatado por petroleiros de Paulínia e Mauá não é falha pontual de operação, mas reflexo de um desenho contratual que privilegia redução de custo em detrimento de espaço, conforto e tempo de descanso – enquanto gerentes e supervisores seguem com veículo exclusivo.

A entidade afirma que vai manter a cobrança nas duas unidades até que as empresas apresentem soluções negociadas, e não impostas, mas também alerta os trabalhadores e trabalhadoras sobre a importância das mobilizações para alcançar as mudanças necessárias.



Foto: Vinicius Denadai / Sindipetro Unificado

Na Refinaria de Paulínia, trabalhadores enfrentam problemas com o saldo AF

SINDIPETRO COBRA SOLUÇÃO PARA PROBLEMAS NO SALDO AF DA REPLAN

Sistema de controle de folgas tem gerado registros indevidos e transtornos para trabalhadores da refinaria

Por Vítor Peruch

Trabalhadores da Refinaria de Paulínia (Replan) têm procurado o Sindipetro Unificado para relatar problemas relacionados ao saldo AF, sistema utilizado pela Petrobrás para o controle de folgas. Diante das reclamações, o sindicato se reuniu com o RH da refinaria em 14 de agosto para buscar esclarecimentos e cobrar soluções para as distorções.

Criado para registrar e controlar folgas, o sistema, segundo o sindicato, não tem utilidade para os trabalhadores das refinarias, onde as folgas são determinadas pelo próprio regime de trabalho. Ainda assim, registros de folgas que não foram efetivamente gozadas podem aparecer no sistema e gerar saldos incorretos. Na prática, o problema acaba criando uma sequência de transtornos para os empregados e também para o próprio RH, que precisa corrigir as inconsistências seguindo normas e procedimentos internos.

“O sistema de saldo AF não faz sentido em unidades como as refinarias. O regime de trabalho já estabelece as folgas dos trabalhadores e, mesmo assim, continuamos enfrentando problemas causados por registros que não correspondem à realidade”, afirma o diretor do Sindipetro Unificado, Rodrigo Zanetti.

ACERTO DE 2023 AINDA GERA DÚVIDAS

Durante a reunião, o RH local da Replan explicou o processo de quitação do saldo AF realizado em setembro de 2023. Alguns grupos de turno, entre eles G4 e G5, foram impactados negativamente pela operação realizada naquele ano.

Segundo as informações apresentadas pelo RH, esses trabalhadores tiveram compensações realizadas em março de 2026 para anular o saldo negativo gerado em 2023. Nos relatórios de frequência de março de 2026, o procedimento aparece identificado como **“Acerto Saldo AF”**. O esclarecimento é importante porque

parte dos trabalhadores que procuraram o sindicato ainda encontra diferenças ou registros que não consegue compreender nos próprios relatórios de frequência.

Mais recentemente outras ocorrências estão novamente deixando os trabalhadores preocupados. O tratamento automático de retorno de férias está alterando regimes de trabalho à revelia. Dias em que o empregado foi fazer hora extra estão sendo convertidos em dia normal e os códigos de retorno de férias não estão sendo aplicados nos dias corretos. O RH da Replan informou que está à disposição para analisar e solucionar os casos que ainda apresentem pendências.

SINDICATO DEFENDE FIM DO SISTEMA NAS REFINARIAS

Para o Sindipetro Unificado, porém, a resolução dos casos individuais não elimina o problema estrutural. A entidade defende a extinção do controle de saldo AF em unidades nas quais as folgas já são determinadas pelo regime de trabalho. A avaliação é que manter um sistema sem utilidade prática aumenta a possibilidade de inconsistências, gera burocracia e transfere aos trabalhadores a responsabilidade de acompanhar e questionar registros que deveriam refletir corretamente sua jornada. “Não basta corrigir os problemas depois que eles aparecem. É preciso discutir a própria necessidade desse sistema nas refinarias e evitar que os trabalhadores continuem sendo submetidos a esse tipo de transtorno”, defende Zanetti.

A orientação do Sindipetro Unificado aos trabalhadores que identificarem alguma pendência ou divergência no saldo AF é procurar diretamente o RH local da Replan para obter as informações corretas e solicitar a correção dos registros, quando necessária. O sindicato seguirá acompanhando os casos relatados pelos trabalhadores e cobrando da empresa uma solução para as distorções identificadas.



Petroleiros aposentados e da ativa estiveram presentes no ato comemorativo realizado em São Paulo

SINDIPETRO UNIFICADO PARTICIPA DE CERIMÔNIA COMEMORATIVA DOS 47 ANOS DA ANISTIA

Petroleiros e petroleiras demitidos na greve de 1983 marcaram presença em ato sobre Anistia e reforçaram importância da memória histórica para a defesa da democracia

Por Marcelo Aguilar

“É uma questão a ser lembrada para que as atrocidades que aconteceram no passado não se repitam”, afirmou o petroleiro Luciano Zica no encontro “47 anos da Lei da Anistia: Verdade, Memória e Justiça de Transição” realizado nesta sexta-feira, 28 de agosto na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Largo São Francisco, em São Paulo.

A atividade marcou os 47 anos da Lei nº 6.683, sancionada em 28 de agosto de 1979 e que teve um papel muito importante na redemocratização do país. A anistia alcançou os demitidos da Petrobrás da greve de 1983, ocorrida na Refinaria de Paulínia (Replan), e sucedida por forte repressão do ditador João Batista Figueiredo (1979-1985). Mas não foi automático, foi fruto de enorme luta dos trabalhadores e trabalhadoras, que continuam lutando pela memória e pela justiça de transição. Em Campinas, essa luta é realizada por meio do Sindipetro Unificado e, mais recentemente, também pela Associação dos Anistiados Políticos

Petroleiros da Refinaria de Paulínia da Greve de 1983 (RELUTE).

Antônio Jesus Alencar Ferreira, um desses demitidos, esteve presente no ato e afirmou: “É importante estar aqui para que as novas gerações não esqueçam da luta por uma sociedade mais justa, a luta por condições melhores de vida, a luta pelo Estado Democrático de Direito, para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora”. Mas para o petroleiro isso não pode ser feito só a partir dos petroleiros: “nunca podemos esquecer que nós temos que ver sempre toda a sociedade, que foi aquilo que sempre motivou a luta da classe petroleira em defesa da Petrobrás, em defesa da nossa soberania, em defesa de uma nação forte e pujante”.

A petroleira Sandra Zamarioli Lopes, afirma que a de 83 foi uma greve completamente política: “Nós não estávamos reivindicando salários, estávamos contra o FMI e outra série de coisas num momento muito difícil para o Brasil, numa ditadura

civil militar, e hoje nós estamos aqui com muito orgulho, porque já não somos novos, mas continuamos lutando pela Petrobrás, para que fique essa democracia que está meia bamba e lutando pela soberania nacional”.

Zica reforça a importância desse legado de luta para o futuro das novas gerações: “Temos que pensar sempre no que aconteceu no passado, guardar esse legado, para construir a democracia e mantê-la, já que sempre está sob ameaça, como no momento atual que estamos vivendo”.

CONFIRA A ÍNTEGRA DO EVENTO:

